Amamentação, economia e sustentabilidade

Luciana Rodrigues Silva é presidente da Sociedade Brasileira (SBP) e professora titular da Universidade Federal da Bahia.

Elsa Giugliani é presidente do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Perdas econômicas de aproximadamente 302 bilhões de dólares anuais ou 0,49% do PIB de todos os países, o produto mundial bruto, além de incalculáveis danos ao planeta em decorrência do comprovado déficit de inteligência. Essas são algumas das consequências associadas ao ato de não amamentar. A informação, publicada na revista britânica *The Lancet*, é resultado do trabalho de pesquisadores de vários países, coordenado por Nigel C. Rollins, da Organização Mundial da Saúde e Chessa K. Lutter, da Organização Pan-Americana de Saúde. Na medida em que foi observada uma média maior de QI de 3,34 pontos entre as crianças amamentadas em comparação com as não amamentadas ou amamentadas por menos tempo, é razoável afirmar que o aleitamento materno leva a aumento de escolaridade e à probabilidade de maior renda quando adultos. Já há muito tempo sabemos que o leite materno fornece, em curto e longo prazos, vantagens para a saúde de crianças e mulheres, que adoecem menos, sobrevivem mais, têm melhor qualidade de vida. Historicamente, os custos para a saúde e para a economia de uma amamentação aquém da ideal foram amplamente ignorados. Agora que os benefícios econômicos, afinal, foram quantificados, tornou-se evidente a necessidade de investimentos para promover a amamentação em contextos de riqueza e pobreza. Salienta-se ainda a necessidade de compreensão das importantes consequências ambientais da não amamentação.

Prática natural, embora fortemente influenciada pela cultura e pelo marketing industrial, o aleitamento materno vem se mostrando cada vez mais importante para a sociedade em todos os aspectos. Mesmo ainda não quantificados financeiramente, impactos negativos no meio ambiente estão relacionados com a não amamentação. Diferentemente de fórmulas e leites artificiais, o leite materno é um alimento “renovável”, produzido e fornecido sem poluição, embalagens e desperdícios. Além do que não é predatório de recursos naturais, pois, economiza energia, água e não polui rios e oceanos, nem prejudica a vida marinha. Dispensa também a produção leiteira e evita resíduos, contribuindo para a emissão de menos gás metano, tão abundante em aterros sanitários e lixões e gerador de desequilíbrio com resultado direto no efeito estufa. A amamentação e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental e segurança alimentar precisam, portanto, ser seriamente consideradas para o desenvolvimento de metas climáticas inteligentes.

É bom lembrarmos também que combustíveis para transporte e agentes de limpeza para preparação e uso diário de mamadeiras geram numerosos poluentes. O leite materno não precisa ser aquecido. Estima-se que mais de quatro mil litros de água sejam necessários no processo industrial para produzir somente um kg de pó de leite. Latas, metal, toneladas de papel usados para embalar o produto terminam em aterros sanitários, com tempo para decomposição no solo que passa de 100 anos.

É importante salientar que o aleitamento materno é responsabilidade coletiva. A participação do companheiro, da família, dos profissionais de saúde, amigos, vizinhos, patrões e colegas de trabalho, é fundamental, bem como as políticas públicas voltadas à proteção, proteção e apoio à amamentação. Afinal, parir, nutrir e cuidar da criança são essenciais para toda a sociedade. Hoje, o que ocorre ainda muito, lamentavelmente, é culpabilizar a mãe que por algum motivo não amamente, como se a questão se limitasse a sua devoção. Não se trata disso e sim de estimular e apoiar a mulher, dirimir suas dúvidas e dificuldades, que são reais, divulgar informações corretas, que incluem as sobre a licença-maternidade. No Brasil, o tempo de seis meses para dedicação ao filho é benefício opcional concedido pelas empresas em decorrências da Lei 11.770/08 e realidade obrigatória no funcionalismo federal, estadual e em muitos municípios. A licença-paternidade foi ampliada para 20 dias em maio deste ano no serviço público e para os trabalhadores de companhias vinculadas ao Programa Empresa Cidadã. Suporte econômico e

político são fundamentais para promover a amamentação. Se a sociedade colocar o tema em qualquer balança, perceberá que é questão prioritária e inadiável!